

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

CONCURSO PÚBLICO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO
DE PROJETO DO EDIFÍCIO | ISEP TECH**

REF^a. 28/000/A/576_2024

PROGRAMA DE CONCURSO

PORTO, 2024



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

ÍNDICE

Artigo 1.º.....	4
Objeto do concurso	4
Artigo 2.º.....	4
Entidade adjudicante.....	4
Artigo 3.º.....	4
Decisão de contratar	4
Artigo 4.º.....	4
Tipo de procedimento.....	4
Artigo 5.º.....	4
Peças do Procedimento	4
Artigo 6.º.....	5
Esclarecimentos às peças do procedimento.....	5
Artigo 7.º.....	5
Erros e omissões	5
Artigo 8.º.....	5
Preço base	5
Artigo 9.º.....	5
Documentos que constituem a proposta.....	5
Artigo 10.º.....	7
Apresentação de propostas variantes	7
Artigo 11.º.....	7
Modo e prazo para apresentação das propostas	7
Artigo 12.º.....	7
Critério de adjudicação.....	7
Artigo 13.º.....	8
Possibilidade de Adoção de Ajuste Direto	8
Artigo 14.º.....	8
Negociação	8
Artigo 15.º.....	8
Documentos de habilitação.....	8
Artigo 16.º.....	9
Agrupamento adjudicatário	9
Artigo 17.º.....	9
Prazo de manutenção das propostas	9
Artigo 18.º.....	9
Legislação aplicável	9
ANEXO I.....	10
ANEXO II	11

ANEXO III.....12

ANEXO IV14

ANEXO V19

PROGRAMA DE CONCURSO**Artigo 1.º****Objeto do concurso**

O presente concurso público tem por objeto principal a **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DO EDIFÍCIO | ISEP TECH.**

Artigo 2.º**Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é o Instituto Politécnico do Porto (NIF: 503 606 251) abreviadamente designado por P.PORTO, sito na Rua Dr. Roberto Frias, n.º 712, 4200-465 Porto, com o número de telefone 225 571 000, fax 225 020 772, com o endereço de correio eletrónico centralcompras@sc.ipp.pt e plataforma eletrónica **acinGov**, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>.

Artigo 3.º**Decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Presidente do Instituto Politécnico do Porto, Paulo Alberto Silva Pereira, no uso de competência própria, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho, atento o valor da despesa.

Artigo 4.º**Tipo de procedimento**

Concurso Público sem publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 5.º**Peças do Procedimento**

1. As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas no seguinte endereço eletrónico: www.acingov.pt
2. Para efeitos de apoio na utilização da mesma plataforma todos os interessados podem recorrer aos meios divulgados no mesmo endereço eletrónico nas condições aí previstas.
3. O presente procedimento inclui as seguintes peças:
 - a) Programa do Procedimento;
 - b) Caderno de Encargos, integrado pelo Programa Preliminar;
4. As peças do procedimento encontram-se patentes para consulta na morada referida do artigo 2.º, desde a data de publicação do anúncio do procedimento até à data limite de apresentação das propostas, onde podem ser examinadas no horário de funcionamento, mediante prévia marcação, para os contactos indicados no artigo 2.º.

Artigo 6.º**Esclarecimentos às peças do procedimento**

1. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação do presente programa e caderno de encargos devem ser solicitados por escrito, através da Plataforma Eletrónica de Contratação **acinGov**, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior serão prestados por escrito, pelo Instituto Politécnico do Porto, através da Plataforma Eletrónica de Contratação **acinGov**, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nas alíneas anteriores serão disponibilizados pelo Instituto Politécnico do Porto e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto todos os interessados e publicitado na Plataforma Eletrónica de Contratação **acinGov**, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 1 a 3 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º**Erros e omissões**

1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao Instituto Politécnico do Porto, através da plataforma **acinGov**, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por eles detetados.
2. A lista com a identificação dos erros e das omissões detetados, bem como a decisão prevista na alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP, será junta às peças do presente procedimento e proceder-se-á à notificação das mesmas a todos os interessados, através da plataforma **acinGov**.

Artigo 8.º**Preço base**

1. O preço base para efeitos do presente concurso é de **74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos euros)**, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 9.º**Documentos que constituem a proposta**

1. As propostas serão instruídas, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, com os seguintes documentos:
 - a) De acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP (Anexo I ao presente Programa de Concurso), a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar:

- i. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;
 - b) De acordo com a alínea b) do n.º 1, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar os documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - i. Proposta do preço global, em numerário e por extenso, conforme o modelo constante do Anexo II do presente Programa do Procedimento. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluem o IVA.
 - ii. Nota justificativa do preço contratual proposto;
 - iii. Documento, conforme modelo presente no Anexo III, indicando a constituição nominativa da equipa projetista referida para cada especialidade (**cada técnico só pode ser responsável pela elaboração de um único projeto**) indicada no Fator QTE – Qualidade Técnica de Equipa do Anexo IV ao presente Programa de Concurso, identificando as habilitações profissionais específicas de cada um dos seus membros e respetivos currículos, com um máximo de quatro páginas A4 por cada elemento da equipa.
 - iv. Quaisquer outros elementos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos da definição dos atributos da sua proposta.
 - c) Tratando-se de uma proposta com um preço anormalmente baixo, como tal definida no art.º 71.º do CCP, o concorrente terá que apresentar documentação que contenha os esclarecimentos justificativos, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
 - d) Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluem o IVA;
 - e) Os documentos a que se referem os números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. A proposta, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, podendo os concorrentes verificar as entidades certificadoras credenciadas junto do Gabinete Nacional de Segurança (no sítio <https://www.gns.gov.pt/trusted-lists.aspx>, na listagem “Trusted List”). As assinaturas deverão ser identificadas, de forma legível, com os nomes a quem pertencem e da qualidade em que são feitas.
3. Quando o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
4. Tratando-se de um agrupamento concorrente, os documentos apresentados em conjunto deverão ser assinados por representantes de todas as entidades do agrupamento, através das pessoas com poderes para obrigar, ou pelo representante comum de todas as entidades membros do

agrupamento, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.

5. Na proposta, o concorrente deve indicar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:
 - a) Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluem o IVA;
 - b) As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
6. Os documentos a que se referem os números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11.º

Modo e prazo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica **acinGov**, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>, até às **23h59m do 12.º dia**, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto nos números anteriores, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 62.º do CCP.
3. São consideradas nulas e de nenhum efeito quaisquer reservas ou condicionamentos feitos por um concorrente em quaisquer documentos que integram as propostas.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada segundo a proposta economicamente mais vantajosa apresentada, na modalidade de multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, e de acordo com o Modelo de Avaliação presente no Anexo IV do Programa de Concurso.
2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:
 - i. Mais alto valor da componente QTE ;
 - ii. Mais alto valor da Coordenação de Projeto;
 - iii. Mais alto valor da componente Arquitetura;
3. Caso se mantenha o empate, será realizado um sorteio de entre as propostas melhor classificadas e relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes moldes:
 - a) Com o Relatório Final, o Júri notifica os concorrentes graduados em primeiro lugar com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - b) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;

- c) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração pelo Presidente do Júri, ou nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo;
- d) A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem de extração efetuada;
- e) Do sorteio realizado será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do Júri do procedimento presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais;
- f) Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Artigo 13.º

Possibilidade de Adoção de Ajuste Direto

Fica prevista a possibilidade de Adoção de Ajuste Direto, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do Artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 14.º

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 15.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **5 dias**, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, conforme modelo constante do Anexo V ao presente Programa de Concurso (cfr. Anexo II do CCP);
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, os quais deverão obedecer ao previsto no art.º 83.º-A do CCP;
 - c) Certidão de Registo Comercial ou documento legalmente equivalente.
2. O adjudicatário deve apresentar através da plataforma indicada no artigo 2.º do presente Programa de Concurso, a reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior.
3. Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos no n.º 1, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
4. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos referidos no n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.
5. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

6. No caso de deteção de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP, o adjudicatário possui mais 3 dias, após notificação da deteção das referidas irregularidades, para supressão das mesmas.

Artigo 16.º

Agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Consórcio Externo.

Artigo 17.º

Prazo de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de **120 dias** a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 18.º

Legislação aplicável

Em tudo o que se revelar omissa no presente Programa de Procedimento e se não mostrar incompatível com o Clausulado e especificidades do mesmo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, e restante legislação aplicável.

ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Programa do Concurso)

Modelo de Declaração – Anexo I do CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de(1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada(2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo(3):

a)...

b)...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

2 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

3 Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

4 Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

(a que se refere o ponto i. da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Programa do Concurso)

Modelo de proposta

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(¹) (firma, número de identificação fiscal, matrícula na conservatória, alvará de construção e autorizações respetivas - indicar natureza - e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), propõe-se a executar todos os trabalhos que lhe vierem a ser adjudicados, no âmbito do concurso público para “.....”, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de Euros (..... Euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos.

O preço contratual proposto não inclui o imposto sobre o valor acrescentado. À quantia supramencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incorporados todos os valores relativos a suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e aceites pelo dono de obra, nos termos do disposto Código dos Contratos Públicos.

... (local), ... (data),

... [assinatura (²)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III

(a que se refere o ponto iii. da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Programa do Concurso)

Modelo de apresentação do técnico de cada especialidade

Especialidade	
----------------------	--

Dados Pessoais	
Nome Completo:	
Data de Nascimento:	
Cartão Cidadão:	
E-mail:	
Outra Informação:	

Habilitações Académicas

Carteira Profissional

Funções Atuais ou Mais Recentes

Outra Informação do Curriculum

Designação do Projeto			
Entidade Adjudicante			
Data de Conclusão da Empreitada		Valor Total da Empreitada (€)	
Tipo de Prestação			
Âmbito da Especialidade do Projeto			
Descrição da Prestação Realizada			
Outra Informação			

Nota: Duplicar o quadro acima em função do número de projetos a apresentar em sede do procedimento e avaliar nos termos do Anexo IV.

ANEXO IV

(a que se refere o ponto iii. da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º e o n.º 1 do artigo 12.º do Programa do Concurso)

INFORMAÇÕES GERAIS APLICÁVEIS

- 1- Atendendo a que existe uma diversidade muito dispare entre os diversos regulamentos e normativos internacionais, só podem ser consideradas as obras realizadas no âmbito da União Europeia;
- 2- Atendendo à necessidade em obtermos uma avaliação da experiência da equipa técnica em linha com as melhores e atuais práticas, devem ser consideradas as obras concluídas nos últimos 20 anos;
- 3- Os comprovativos a emitir pelo Dono de Obra são fundamentais para comprovar a intervenção efetiva de cada técnico a determinada obra afeto à equipa técnica, sendo que a mesma tem que evidenciar o nome do técnico em causa;
- 4- Cada técnico só pode ser responsável pela elaboração de um único projeto e o coordenador não pode acumular funções com a elaboração de qualquer projeto.

Modelo de Avaliação

A adjudicação da prestação do serviço será efetuada segundo a proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, tendo em conta o seguinte modelo de avaliação. O modelo de avaliação das propostas resulta da aplicação das fórmulas que de seguida se indicam, sendo considerada mais vantajosa a que apresentar a pontuação final mais elevada:

CLASSIFICAÇÃO FINAL (CF)		CF = 40% * PR + 60% * QTE, com CF arredondado a 3 casas decimais
Factores e Coeficiente de Ponderação	Escala de Pontuação	
Preço (PR)	$PR = (P_b / P_p) * 100$ <p>Em que:</p> <p>Pp= Preço da proposta</p> <p>Pb = Preço base</p>	
Qualidade Técnica da Equipa (QTE)	$QTE = 15\% * (1) + 10\% * (2) + 10\% * (3) + 7\% * (4) + 8\% * (5) + 5\% * (6) + 10\% * (7) + 5\% * (8) + 10\% * (9) + 5\% * (10) + 5\% * (11) + 5\% * (12) + 5\% * (13)$ <p>Em que:</p> <p>(1) = Coordenação de Projeto</p> <p>(2) = Projeto de Arquitetura</p> <p>(3) = Projeto de Estabilidade</p> <p>(4) = Projeto de Instalações Hidráulicas</p> <p>(5) = Projeto de Instalações Elétricas</p> <p>(6) = Projeto de Instalações de Comunicações</p> <p>(7) = Projeto de Instalações de AVAC</p> <p>(8) = Projeto de Instalações de Gás</p> <p>(9) = Projeto de Segurança contra Incêndios</p> <p>(10) = Projeto de Acústica</p> <p>(11) = Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos Sólidos</p> <p>(12) = Plano de Segurança e Saúde em Fase de Projeto</p> <p>(13) = Certificação LEED</p>	

Pontuação de cada Subfator do fator QTE:

Coordenação de Projeto (15%)	Experiência em construção de edifícios Escolares e/ou Investigação (100%)	A	Realização de coordenação de pelo menos 3 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de Escolares e/ou Investigação, com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	100
		B	Realização de coordenação de 2 projetos, com empreitada concluída, de de edifícios de Escolares e/ou Investigação, com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	75
		C	Realização de coordenação de 1 projeto, com empreitada concluída, de edifícios de habitação, com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	50
		D	Realização de coordenação de projetos, com empreitada concluída, de de edifícios de Escolares e/ou Investigação com valor de adjudicação de empreitada inferior a 2,5 milhões de euros	0
Arquitetura (10%)	Experiência em Reabilitação de Edifícios de Habitação (50%)	A	Realização de coordenação de pelo menos 3 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de Escolares e/ou Investigação, com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	100
		B	Realização de coordenação de 2 projetos, com empreitada concluída, de de edifícios de Escolares e/ou Investigação, com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	75
		C	Realização de coordenação de 1 projeto, com empreitada concluída, de edifícios de habitação, com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	50
		D	Realização de coordenação de projetos, com empreitada concluída, de de edifícios de Escolares e/ou Investigação com valor de adjudicação de empreitada inferior a 2,5 milhões de euros	0
Estruturas (10%)	Experiência em Construção Nova (100%)	A	Realização de pelo menos 3 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	100
		B	Realização de 2 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	50
		C	Realização de 1 projeto, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	25
		D	Realização de projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada inferior a 2,5 milhões de euros	0
Instalações hidráulicas (7%)	Experiência em Construção Nova (100%)	A	Realização de pelo menos 3 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	100
		B	Realização de 2 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	50
		C	Realização de 1 projeto, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	25
		D	Realização de projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada inferior a 2,5 milhões de euros	0
Instalações elétricas	Experiência em	A	Realização de pelo menos 3 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	100

[illegible]

Acústica (5%)	Experiência em Construção Nova (100%)	A	Realização de pelo menos 3 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	100
		B	Realização de 2 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	50
		C	Realização de 1 projeto, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	25
		D	Realização de projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada inferior a 2,5 milhões de euros	0
Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos Sólidos (5%)	Experiência em Construção Nova (100%)	A	Realização de pelo menos 3 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	100
		B	Realização de 2 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	50
		C	Realização de 1 projeto, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	25
		D	Realização de projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada inferior a 2,5 milhões de euros	0
Plano de Segurança e Saúde em Fase de Projeto (5%)	Experiência em Construção Nova (100%)	A	Realização de pelo menos 3 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	100
		B	Realização de 2 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	50
		C	Realização de 1 projeto, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	25
		D	Realização de projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada inferior a 2,5 milhões de euros	0
Certificação LEED (5%)	Experiência em Construção Nova (100%)	A	Realização de pelo menos 3 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	100
		B	Realização de 2 projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	50
		C	Realização de 1 projeto, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada igual ou superior a 2,5 milhões de euros	25
		D	Realização de projetos, com empreitada concluída, de edifícios de utilização pública com valor de adjudicação de empreitada inferior a 2,5 milhões de euros	0

ANEXO V

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do Programa do Concurso)

Modelo de Declaração – Anexo II do CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º